

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

163

HABEAS CORPUS Nº: **0202015-3**

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº **001.2009.119169-7**

COMARCA : Recife -- 14ª Criminal

IMPETRANTE : Roberta Rodrigues Pitanga -- Defensora Pública

PACIENTES : Antônio Frederico Soares e Samuel José de Oliveira

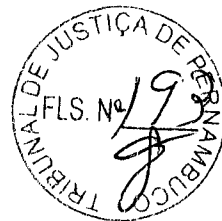
RELATORA : Des^a. Alderita Ramos de Oliveira

EMENTA:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ROUBO QUALIFICADO. CRIME COMETIDO COM VIOLÊNCIA OU AMEAÇA GRAVE CONTRA PESSOA. LIBERDADE PROVISÓRIA. VEDAÇÃO LEGAL. PRIMARIEDADE E BONS ANTECEDENTES NÃO DEMONSTRADOS. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. INCABIMENTO. PROCESSO NA FASE DE ALEGAÇÕES FINAIS. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL SUPERADA. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 52 DO STJ. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Inadmissível a concessão de liberdade provisória aos pacientes presos em flagrante delito pela prática prevista no art. 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal, cuja pena mínima cominada é superior a 02 (dois) anos de reclusão, em face da vedação constante do art. 323, inciso I, do C.P.P., mormente quando inexistente documentação hábil a demonstrar que o réu goza dos requisitos subjetivos da primariedade e dos bons antecedentes, impossibilitando a comprovação de que os acusados ostentam os pressupostos autorizadores da liberdade provisória com ou sem pagamento de fiança, impondo o não deferimento da benesse. Precedentes do S.T.J.

II- Situando-se a ação penal na fase de alegações derradeiras (art. 500, do CPP), fica superada a alegação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira **164**
Terceira Câmara Criminal

de coação ilegal decorrente de excedimento prazo.
Súmula 52 do STJ.

III - Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* nº **0202015-3** no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 06 de janeiro de 2010


Des^a Alderita Ramos de Oliveira
Presidente/ Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

165

HABEAS CORPUS Nº: **0202015-3**

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº **001.2009.119169-7**

COMARCA : Recife -- 14ª Criminal

IMPETRANTE : Roberta Rodrigues Pitanga -- Defensora
Pública

PACIENTES : Antônio Frederico Soares e Samuel José de
Oliveira

RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

RELATÓRIO

A Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, na pessoa da **belª. Roberta Rodrigues Pitanga**, impetrou ordem de *Habeas Corpus*, com pretensão liminar, em favor de **ANTÔNIO FREDERICO SOARES ERNESTO e SAMUEL JOSÉ DE OLIVEIRA**, devidamente qualificados na atrial (fls.02), alegando que os pacientes estão sofrendo constrangimento ilegal em face do indeferimento do pedido de liberdade provisória formulado no âmbito dos autos do processo-crime n.º **001.2009.119169-7** a que respondem perante o Juízo de Direito da 14ª Vara Criminal da Comarca da Capital, neste Estado, como incursos nas sanções do art.157, §2º, I e II¹ do Código Penal, ao argumento de que os acusados possuem condições pessoais favoráveis à concessão do aludido benefício, por serem primários e de bons antecedentes, com endereço certo e profissão definida.

Além disso, a impetrante argumenta que não se encontram assentes, na espécie, qualquer das hipóteses

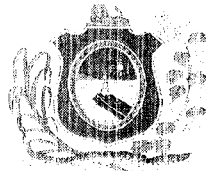
¹ Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

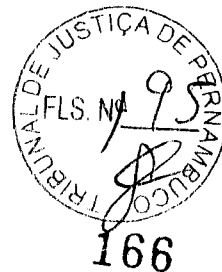
§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal



autorizadoras da prisão preventiva, inexistindo, portanto, óbice ao deferimento do benefício postulado.

Por fim, a defensora pública que subscreveu a atrial se insurge, também, contra o excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal, em razão de que pugna pelo relaxamento da prisão em flagrante delito dos paciente, ocorrida em **07/06/2009**.

À inicial foram acostados os documentos de fls.13/29.

Às fls.35/36, indeferi o provimento liminar vindicado, solicitando informações à autoridade coatora que as prestou às fls.40.

Instada a se manifestar, a douta Procuradoria de Justiça ofereceu parecer às fls.44/46, da lavra do Dr. Itabira de Brito Filho, opinando pela denegação da ordem.

Está feito o relatório.

Recife, 06 de janeiro de 2010


Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

167

HABEAS CORPUS Nº: **0202015-3**

AÇÃO ORIGINÁRIA Nº **001.2009.119169-7**

COMARCA : Recife – 14ª Criminal

IMPETRANTE : Roberta Rodrigues Pitanga – Defensora Pública

PACIENTES : Antônio Frederico Soares e Samuel José de Oliveira

RELATORA : Desª. Alderita Ramos de Oliveira

VOTO

Trata-se de *habeas corpus* que busca o restabelecimento da liberdade dos pacientes, ao argumento de que, consoante os elementos indiciários carreados aos autos, não se verifica assente, na hipótese vertente, qualquer das hipóteses legais autorizadoras da prisão preventiva decretada em desfavor dos acusados.

No meu sentir, o pleito mandamental não merece prosperar.

Inicialmente, convém destacar que o crime imputado ao paciente é punido com pena mínima superior a 02 (dois) anos de reclusão, o que inviabiliza a concessão da liberdade vindicada, *ex vi* da vedação prevista no art. 323, inciso I², do Código de Processo Penal.

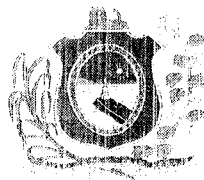
Nesse sentido, a jurisprudência firmou entendimento, *verbis*:

“TRF da 2ª Região: Consoante o item I do art. 323 do CPP, nos crimes punidos com reclusão, em que a pena mínima cominada for superior a dois anos, não será concedida fiança. Tratando-se, ademais, de fato notório,

² Art. 323 - Não será concedida fiança:

I - nos crimes punidos com reclusão em que a pena mínima cominada for superior a 2 (dois) anos;

JASEI / HC N 202015-3



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

168

causando perplexidade e indignação ao meio social, constitui mais um impedimento a eventual deferimento do pedido de fiança, nos termos do inc. V do mesmo dispositivo legal.” (RT 727/604) in MIRABETE, Julio Fabbrini. Código de Processo Penal Interpretado. 8ª ed., São Paulo: Atlas, 2001, p. 728.

Além disso, cumpre salientar que, consoante se depreende do parecer oferecido pelo representante do órgão ministerial com atuação no 1º grau, “os denunciados respondem a processos criminais, conforme certidões de fls.81 e 85”, estando, portanto, assentes os motivos autorizadores da custódia preventiva.

De outra parte, constato que a subscritora da peça de ingresso não logrou êxito em rebater tal alegação, comprovando que os pacientes são primários e de bons antecedentes, além de possuírem residência fixa e profissão definida.

Bem de ver que cabia à impetrante o ônus de instruir o *mandamus* com as peças necessárias ao conhecimento da matéria, sendo de bom alvitre salientar, por oportuno, que a via estreita do *habeas corpus* não comporta dilação probatória, devendo o mesmo vir instruído com todas as provas que sustentem as alegações nele contidas.

Destarte, à míngua de documentos trazidos com a impetração que demonstrem, extirpe de dúvidas, que o denunciado faz jus à concessão do benefício postulado, torna-se, de plano, incabível o deferimento da pretensão mandamental.

A propósito, o Superior Tribunal de Justiça, analisando a questão, assim decidiu:

“São insuficientes meras alegações de que os pacientes são detentores de condições pessoais favoráveis à liberdade provisória se inexistente, nos autos, folha de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

169

antecedentes criminais, prova de residência fixa ou de atividade laborativa. IV. Recurso desprovido.” (RHC 8373/RJ, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 04.05.1999, DJ 31.05.1999 p. 158)

E mais:

*“É inviável a análise dos pressupostos autorizadores do benefício da liberdade provisória com pagamento de fiança se o impetrante não acostou aos autos a folha de antecedentes criminais, a prova de residência fixa ou atividade laborativa do paciente. **Ordem denegada.**” (HC 32803/PE, Rel. Ministro JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 01.04.2004, DJ 03.05.2004 p. 197)*

Palmilhando nessa linha de raciocínio, trago à colação julgado vazado nos seguintes termos:

“CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO EM FLAGRANTE. INDEFERIMENTO LIBERDADE PROVISÓRIA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. AUSÊNCIA DE JUNTADA DE QUALQUER DOCUMENTO TENDENTE A COMPROVAR O ALEGADO. ORDEM NÃO CONHECIDA.

A ausência de juntada de documentos imprescindíveis para aferir o alegado na impetração, impede o conhecimento do WRIT. Precedentes do STJ. Writ não conhecido. Decisão unânime.” (HC nº 172902-0, TJPE-3ªCCrim, rel. Juiz convocado Adeildo Nunes, julgado em 29/08/2008, publicado no DJ nº 162 de 05/09/2008)

De igual modo, cuido não assistir razão à impetrante quanto ao alegado excesso de prazo.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

170

Destaco das informações judiciais, datadas de **20/11/2009**, o seguinte excerto (fls.40):

"(...) os pacientes foram presos em flagrante delito em 07/06/2009 e denunciados pelo MP por infração do art.157, §2º, incisos I e II, do CPB em 17/06/2009. A denúncia foi recebida por este Juízo em 06/07/2009. Informo que as citações dos acusados foram efetuadas em 27/07/09 e 10/09/09, respectivamente, pois os mesmos estavam em presídios diferentes e a oficiala de justiça não redistribuiu o mandado automaticamente. Informo também que estes autos foram remetidos ao mutirão carcerário em 15/09/09 e devolvidos a esta Secretaria em 19/10/09. Informo ainda que a Audiência de Instrução e Julgamento foi designada para o dia 02/12/2009 às 14:30 horas (...)."

Cumpre assinalar que, de acordo com a nova sistemática processual implementada pela Lei nº 11.719/2008, o Juízo processante deve aguardar a apresentação da defesa prévia para se manifestar na forma prevista no art.397³, do CPP, ocasião em que ratificará o recebimento da denúncia ou declarará extinta a punibilidade para, só a partir dali, determinar a realização de todos os atos instrutórios necessários à formação da culpa.

Bem de ver que, após o oferecimento da prefalada peça defensiva, a MM. Juíza do feito designou o dia **02 de dezembro de 2009** para ter lugar à audiência de instrução e julgamento, a qual, consoante informação extraída do sítio eletrônico deste Poder, que faço anexar à presente decisão, realizou-se na data aprazada, encontrando-se o feito com vistas para as partes para o oferecimento de suas alegações finais (art.

³ Art. 397. Após o cumprimento do disposto no art. 396-A, e parágrafos, deste Código, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar:

I - a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato;

II - a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimizabilidade;

III - que o fato narrado evidentemente não constitui crime; ou,

IV - extinta a punibilidade do agente.

JASF1 / HC N 202015-3



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

171

500⁴, do Código de Processo Penal), restando, por tal motivo, superada a alegação de excesso prazal escandida na proemial.

A propósito, é iterativa a jurisprudência nesse sentido, verbis:

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. RAZOABILIDADE. PLURALIDADE DE ACUSADOS. EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIAS. INSTRUÇÃO FINDA. SÚMULA N. 52/STJ. COAÇÃO NÃO EVIDENCIADA.

1. Os prazos necessários à formação da culpa não são peremptórios, admitindo dilações quando assim exigirem as peculiaridades do caso concreto - como a complexidade do feito, a pluralidade de denunciados e a necessidade de se deprecar a realização de atos da instrução, todas observadas no caso em exame -, desde que sejam respeitados os limites da razoabilidade, em atenção ao art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal.

2. Encerrada a instrução criminal, abrindo-se vistas para a apresentação das alegações finais defensivas, não se pode falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo, a teor da Súmula n. 52 desta Corte Superior (Precedentes do STJ). (...)"

⁴ **Art. 500** - Esgotados aqueles prazos, sem requerimento de qualquer das partes, ou concluídas as diligências requeridas e ordenadas, será aberta vista dos autos, para alegações, sucessivamente, por 3 (três) dias:

- I** - ao Ministério Público ou ao querelante;
- II** - ao assistente, se tiver sido constituído;
- III** - ao defensor do réu.

§ 1º - Se forem dois ou mais os réus, com defensores diferentes, o prazo será comum.

§ 2º - O Ministério Público, nos processos por crime de ação privada ou nos processos por crime de ação pública iniciados por queixa, terá vista dos autos depois do querelante.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Terceira Câmara Criminal

172

(Superior Tribunal de Justiça - HC 120.090/RS, Relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 29/04/2009 e publicado no DJ de 22/06/2009).

Nesse sentido o Superior Tribunal de Justiça sumulou entendimento, a saber:

"Súmula 52 - ENCERRADA A INSTRUÇÃO CRIMINAL, FICA SUPERADA A ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO POR EXCESSO DE PRAZO."

Essa, sem dúvida, é a hipótese dos autos.

Ante o exposto, em consonância com o posicionamento ministerial, voto pela denegação da ordem.

É como voto.

Recife – PE, 06 de janeiro de 2010

Alderita Ramos de Oliveira
Des^a. Alderita Ramos de Oliveira
Relatora